



## Considerações Teóricas a partir de um Debate Conceitual entre a Memória Coletiva e a Memória Cultural

Felipe Nascimento de Araújo<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo temos como objetivo, através do debate entre diferentes autores e suas perspectivas teóricas, realizar uma reflexão acerca das implicações da utilização do conceito de “memória coletiva” no contexto de uma pesquisa histórica. Sendo assim, desenvolvemos nosso debate a partir da exposição de tópicos como os pressupostos básicos da “memória coletiva” de Maurice Halbwachs e a abordagem de autores como Michael Pollak e Aleida Assmann sobre o conceito. Nesse contexto, considerando as críticas de Joel Candau, a existência concreta da “memória coletiva” como um dado passível de análise pode ser tomada como algo equivocado, pois a memória em si constituiria um atributo que compreende conhecimento e informações inacessíveis para mais de um indivíduo. Por conseguinte, propomos a utilização do conceito de “memória cultural”, abordado por Aleida Assmann, como conceito alternativo à “memória coletiva” para se denominar uma “memória de grupo”.

**Palavras-Chave:** Memória Coletiva, Memória Cultural, Identidade Social, Teoria da História.

### Theoretical Considerations Based on a Conceptual Debate Between the “Collective Memory” and the “Cultural Memory”

**Abstract:** In this article we aim, through the debate between different authors and their theoretical perspectives, to reflect on the implications of using the concept of “collective memory” in the context of historical research. Therefore, we developed our debate by exposing topics such as the basic assumptions of the “collective memory” of Maurice Halbwachs and the approach of authors like Michael Pollak and Aleida Assmann about the concept. In this context, considering Joel Candau’s criticisms, the concrete existence of “collective memory” as data liable to analysis can be taken as something mistaken, because memory itself would constitute an attribute that comprises knowledge and information inaccessible to more than one individual. Consequently, we propose the use of the concept of cultural memory, addressed by Aleida Assmann, as an alternative theoretical term to “collective memory” to be called a “group memory”.

**Keywords:** Collective Memory, Cultural Memory, Social Identity, Theory of History.

### Introdução

Primeiramente devemos sublinhar que o debate referente à relação entre História e Memória têm estado em destaque ao longo das últimas décadas, sendo produzida uma extensa bibliografia a respeito desta temática<sup>2</sup>. Devido a este fator, um estudo mais aprofundado visando

<sup>1</sup> Doutorando, Mestre e Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Além das referências bibliográficas utilizadas neste artigo, também podemos destacar outras obras relevantes a respeito da temática sobre memória, como as seguintes obras: *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (1925) de Maurice Halbwachs; *Mémoire d’Ulysse. Récits sur la Frontière en Grèce Ancienne* (1996) de François Hartog;



abordar o conceito de memória em sua completude demandaria uma tarefa deveras exaustiva devido à multiplicidade de enfoques e abordagens. Estas perspectivas teóricas muitas vezes são discordantes entre si, considerando que a memória não constitui um objeto de estudo somente para historiadores, mas, também para sociólogos, antropólogos, arqueólogos, linguistas, entre outras áreas.

Aleida Assmann (2011, p. 21) em sua obra “Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural” afirma que o próprio fenômeno da memória, mesmo sendo transdisciplinar por natureza, “não pode ser definido de maneira unívoca por nenhuma área”, pois “dentro de cada disciplina ele é contraditório e controverso”. Tal colocação deixa transparecer a não-existência de uma teoria unificadora da memória, devido ao fato de que tal teoria não conseguiria lidar com a multiplicidades de enfoques transdisciplinares sobre o conceito, além do fato de que muitas das teorias existentes sobre a memória são naturalmente contraditórias<sup>3</sup>. Portanto, pretendemos expor neste artigo um breve debate acerca dos conceitos de “memória coletiva” e “memória cultural”, considerando a utilização de ambos como se compreender uma “memória de grupo” em uma pesquisa histórica.

### **Parâmetros Gerais sobre a “Memória Coletiva”**

Uma das principais referências para o estudo da memória coletiva consiste na obra de referência de Maurice Halbwachs “A Memória Coletiva” (1925) que de certo modo representou o passo inicial para a elaboração conceitual de uma “memória de grupo”, ou seja, uma memória compartilhada por mais de um indivíduo. Segundo o autor, existiriam essencialmente duas memórias distintas: memórias individuais e memórias coletivas, em que ambas penetrariam entre si, apesar de possuírem naturezas diametralmente opostas. Neste caso, a memória individual poderia recorrer à memória coletiva para confirmar algumas de suas lembranças para precisá-las e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, porém seguindo seu próprio caminho<sup>4</sup>. A memória coletiva, por outro lado, envolveria as memórias individuais, mas, sem

---

*Les Lieux de Mémoire* (1984-1992, 7 volumes) de Pierre Nora; *La Mémoire et l'Oubli dans la Pensée Grecque Jusqu'à la Fin du V<sup>e</sup> Siècle Avant J.-C.* (1982) de Michèle Simondon; “História e Memória” (1990) de Jacques Le Goff; e *Les Assassins de la Mémoire* (1987) de Pierre Vidal-Naquet.

<sup>3</sup> Aleida Assmann no livro “Espaços de Recordação...” escreve que seu objetivo é expor diversas perspectivas teóricas a respeito da memória, colocando na introdução que “quem procurar uma teoria unificadora nas próximas páginas não obterá sucesso, pois uma tal teoria mal conseguiria lidar com o caráter contraditório das descobertas. Esse caráter contraditório é, em si mesmo, uma parte irredutível do problema”.

<sup>4</sup> Maurice Halbwachs (1990, p. 54) cita um exemplo pessoal para ilustrar como que uma memória individual se utiliza de uma memória coletiva para auxiliar a construção de suas lembranças: “o grupo nacional de que eu fazia parte foi o teatro de um certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Eles ocupam um lugar



se deixar seguir por elas, pois a memória coletiva evoluiria segundo suas próprias leis e especificidades (HALBWACHS, 1990, p. 53). Outro fator importante a ser citado é que Halbwachs (1990, p. 71) define a noção de lembrança como sendo “em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e [...] preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores”.

Sobre a questão referente à reconstrução do passado via elementos exteriores às memórias e lembranças individuais, Halbwachs distingue “memória histórica”<sup>5</sup> de “memória coletiva”, em que a primeira supõe a reconstrução de dados fornecidos pelo presente da vida social, como, por exemplo, datas comemorativas, narrativas referentes a algum marco nacional e o conhecimento histórico adquirido em livros ensinados e aprendidos nas escolas. A “memória histórica”, segundo o autor, se constrói a partir do momento em que surge a necessidade de se escrever a história de um período, pois esta memória visa a reconstrução de fatos que já estão em temporalidades distantes, trazendo à tona a memória de uma sequência de acontecimentos que não possuem o suporte de um grupo que viveu à mesma época deles.

Por outro lado, a “memória coletiva” distingue-se da história no sentido de ser constituída por uma corrente de pensamento contínuo que se propaga coletivamente de um indivíduo para o outro, buscando reter somente do passado aquilo que, ainda, se encontra presente no contexto e na consciência da coletividade que constrói essa memória. Halbwachs (1990, p. 82) coloca que a memória coletiva “não ultrapassa os limites” de um determinado grupo/coletividade<sup>6</sup>, pois “quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado”. Ainda que, uma mesma coletividade possa habitar em diferentes temporalidades, o autor coloca que contextos históricos distintos

---

na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando eu os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros, que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas que é a única fonte daquilo que eu quero repetir. Muitas vezes não os conheço melhor, nem de outro modo, do que os acontecimentos antigos que ocorreram antes de meu nascimento. Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha”.

<sup>5</sup> É interessante notarmos que Halbwachs (1990, p. 81) questiona o próprio uso da terminologia “memória histórica”, pois “se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo” como que a história constituiria uma memória? Levando em consideração de que há uma relação de continuidade entre a sociedade que produziu esta história com as sociedades que terão acesso futuro aos acontecimentos narrados. De modo geral, torna-se seguro afirmarmos que Halbwachs desconsidera a classificação de história como um tipo específico de memória.

<sup>6</sup> A edição consultada da obra “A Memória Coletiva” (1990) se utiliza do termo “grupo” para denominar o conjunto de indivíduo. Porém, devido à natureza deste presente trabalho, salientamos aqui a substituição do termo “grupo” por “coletividade” para melhor se adequar a nosso objeto de pesquisa



possuem seus próprios referenciais específicos, o que impossibilita a atribuição de uma mesma memória coletiva para uma sociedade que perpassa por décadas ou séculos<sup>7</sup>.

Dessa forma, a memória de uma coletividade estende-se até onde pode, ou seja, até onde ela atinge as memórias dos indivíduos dos quais ela é composta, pois conforme a passagem de gerações as lembranças e memórias, ou desaparecem, ou se transfiguram para uma outra memória coletiva. Além disso, outra diferença vital entre a história e a memória coletiva refere-se que no desenvolvimento contínuo característico da construção de uma memória não há linhas de separação delimitando início, meio e fim, como na narrativa histórica, mas sim “limites irregulares e incertos” no qual o presente não se opõe ao passado (HALBWACHS, 1990, p. 84).

Sobre as relações entre memórias individuais e coletivas, Michael Pollak (1992, p. 201) no artigo “Memória e Identidade Social” cita Maurice Halbwachs ao considerar que, embora *a priori*, a memória pareça ser um fenômeno individual próprio de uma pessoa, devemos entender que a memória deve ser entendida como “um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”, no qual a memória individual vai existir sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.

Em outro artigo, intitulado “Memória, Esquecimento, Silêncio”, Pollak encaixa a perspectiva de Halbwachs em uma tradição europeia do século XIX<sup>8</sup>, que enfatiza o aspecto institucional presente na memória coletiva, ilustrado pela construção de uma História “oficial” dos Estados Nacionais, no qual cada país define uma “memória nacional” comum a todos os cidadãos com o objetivo de fundamentar e reforçar os sentimentos de pertencimento à nação, além de buscar estabelecer as fronteiras socioculturais de um povo. Dessa forma, a tradição oriunda do oitocentos designa que a nação é a forma mais acabada de um grupo e, que, sua memória nacional representaria a forma mais completa da noção de uma memória coletiva.

Progressivamente, durante o século XX, esta tradição europeia que busca lidar com os fatos sociais como dados empíricos passíveis de análise científica vai sendo substituída por uma

---

<sup>7</sup> Segue-se a citação de Halbwachs (1990, p. 82) que ilustra esse fato através do uso de uma analogia: “os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam de outro modo, e não formam realmente um mesmo corpo”.

<sup>8</sup> Michael Pollak (1989, p.1) relaciona essa “tradição europeia do século XIX” com a tradição metodológica durkheimiana “que consiste em tratar fatos sociais como coisas”, tornando possível tomar diferentes pontos de referência como dados empíricos da memória coletiva de um determinado grupo. Dessa forma, se constrói uma memória estruturada em uma série de hierarquia e classificações.



perspectiva construtivista que busca analisar “como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 2). A partir deste momento, surgem nas Ciências Humanas abordagens voltadas para a “análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias”, em que metodologias de pesquisa como a história oral, por exemplo, passam a ressaltar a importância de memórias “subterrâneas” situadas fora da “memória oficial”. Memórias essas que são referentes a culturas minoritárias e dominadas que muitas vezes se opõem à memória nacional.

Portanto, Pollak afirma que essa abordagem faz da “empatia” com os grupos sociais excluídos uma ferramenta metodológica que possibilitaria analisar as “memórias subterrâneas” da periferia da sociedade. Essa perspectiva essa que se opõe a de Maurice Halbwachs, pois ela acentua um certo caráter “destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva” que suplanta as memórias individuais, ou como denomina Pollak, as “memórias subterrâneas”.

Segundo o autor, tanto as memórias individuais quanto as memórias de grupo possuem elementos peculiares que possibilitam um trabalho de solidificação das lembranças e da construção da memória. O primeiro desses elementos seriam “os acontecimentos”, que podem ser vividos de forma pessoal (sendo situados no âmbito individual) ou de forma coletiva, no qual Pollak os chama de “acontecimentos vividos por tabela” que são vividos pelo grupo ou coletividade à qual uma pessoa se sente pertencer<sup>9</sup>. Outro elemento da memória seriam as “pessoas e personagens” que tanto constroem as memórias quanto se encontram presentes nela. O terceiro elemento seriam os lugares, os “lugares de memória” particularmente ligados a uma lembrança que pode ser de âmbito pessoal (um lugar de férias na infância, por exemplo) ou situada em um contexto coletivo, como nos monumentos aos mortos de uma guerra.

Desse modo, ambas as memórias, individuais e coletivas, possuiriam estes três elementos em comum segundo a perspectiva de Pollak que encontra reflexo nesta passagem da historiadora brasileira Márcia Pereira dos Santos (2007, p. 95) cita: “as memórias individuais e coletivas são em grande medida espaços de homens e grupos se encontrarem a portarem como sujeitos da história. Suas ações [...], a todo momento, lhes cria demandas políticas”.

De modo geral, o objetivo de Pollak consiste em entender as transformações, flutuações, continuidades, heranças e disputas uma determinada memória, seja individual ou

---

<sup>9</sup> Para complementando esta perspectiva, transcrevo o trecho no qual Pollak (1992, p. 2) coloca que os acontecimentos vividos coletivamente “são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas, que no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”.



coletiva, pode sofrer em sua construção. Desse modo, Pollak (1989, p. 9) concebe a memória coletiva como uma<sup>10</sup>:

[...] operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações que se quer salvaguardar [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as posições irredutíveis.

Sobre a “coesão de grupo” presente na citação acima, Aleida Assmann (2011, p. 144) coloca que essa questão – que pretende entender os elementos que mantêm as pessoas unidas em grupo e coletividades – constituiu uma das reflexões iniciais de Maurice Halbwachs sobre a memória. Segundo Assmann, Halbwachs como sociólogo empírico, próximo à tradição do século XIX, não tinha intenções de analisar se pautando na crítica cultural, pois seu interesse limitava-se a compreender a coesão que unia as ideias de um grupo.

Sendo assim, Halbwachs relaciona a estabilidade da “memória coletiva” com o seu vínculo à composição e à subsistência do grupo social que a produz. Caso o grupo se dissolva, “os indivíduos perdem em sua memória a parte das lembranças que os fazia assegurarem-se e identificarem-se como grupo”. Outro importante fator de desagregação das “memórias coletivas” segundo a perspectiva de Halbwachs (citada por Assmann) consiste na alteração do contexto histórico, no qual tais memórias estão inseridas e uma mudança significativa no cenário político pode acarretar no esquecimento de determinadas lembranças. De modo geral, ao considerar que as lembranças erráticas e disfuncionais, desligadas da noção da “coesão de grupo”, são desconsideradas da análise de Halbwachs, Aleida Assmann (2011, p. 144) coloca que o seu conceito de “memória coletiva” é marcado pelo construtivismo e por uma teoria funcionalista de memória<sup>11</sup>.

Aplicando estas noções do conceito de memória coletiva diretamente a um determinado objeto de pesquisa ou documentação, como por exemplo, os vasos áticos da Grécia

<sup>10</sup> É interessante observar que Michael Pollak concebe as memórias nacionais como uma categoria de memória coletiva.

<sup>11</sup> Assmann (2011, p. 144) coloca que Maurice Halbwachs distinguia rigorosamente memória coletiva da memória da ciência histórica, marcando os seguintes pontos: 1) “A memória coletiva assegura a singularidade e a continuidade de um grupo ao passo que a memória histórica não tem função de asseguar identidade”; 2) “As memórias coletivas, assim como os grupos aos quais estão vinculadas, existem sempre no plural; a memória histórica, por sua vez, constrói uma moldura integradora para muitas narrativas e existe no singular”; 3) “A memória coletiva obscurece ostensivamente as mudanças, ao passo que a memória histórica é nelas que se especializa”.



Antiga<sup>12</sup>, podemos considerar que as memórias individuais dos artesãos/oleiros no processo de fabricação são de caráter particular. No entanto, devemos destacar igualmente que essas são parte de uma memória coletiva comum tanto ao corpo cívico ateniense quanto aos metecos<sup>13</sup> e outros indivíduos envolvidos no processo de fabricação das cerâmicas. De fato, tal concepção de memória coletiva desenvolvida no século XX se consolidou como um referencial na historiografia que cita ou aborda questionamentos relacionados com a ideia de uma memória de grupo.

Sobre a contribuição de Maurice Halbwachs nos estudos sobre a memória, Márcia Pereira dos Santos (2007, p. 83) afirma que “as reflexões do sociólogo Maurice Halbwachs [...] passam por uma revisitação teórica que visam menos uma refutação das teses do autor que uma reatualização de conceitos, como memória coletiva e memória individual”. Portanto, salientamos uma necessidade de repensarmos o conceito de “memória coletiva” ao analisarmos um documento como a cultura material dos vasos de cerâmica grega, produzidos a partir de uma memória individual, porém com referenciais de uma “memória de grupo”.

### **Questionamentos acerca do Conceito de “Memória Coletiva” e “Memória Cultural”**

Joel Candau (2011, p. 33) em sua obra “Memória e Identidade” propõe um questionamento e uma desconstrução acerca do conceito de memória coletiva, no qual afirma que é frequente se definir a memória social como “o conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo”, ou a ideia de se conceber a memória coletiva como um “conjunto de lembranças comuns a um grupo”. No entanto, o autor afirma que a partir de uma análise do próprio conceito de memória em si, percebe-se que a ideia pré-concebida de *uma memória coletiva* de um caráter absoluto pode tornar-se equivocado, pois a memória pressupõe um nível de conhecimento compartilhado que seria inacessível por mais de um indivíduo.

Para construir sua argumentação, Candau busca primeiramente classificar as memórias individuais em três categorias: a “protomemória”; a memória de alto nível; e, a “metamemória”, buscando assim, realizar uma “taxonomia das diferentes manifestações da memória” (CANDAU, 2011, p. 21). A primeira, denominada de protomemória, representa a memória de

---

<sup>12</sup> Este presente artigo trata-se de um recorte de uma pesquisa em História Antiga, iniciada desde o meu curso de mestrado acadêmico, no qual foi abordado a comunidade ateniense do final do período arcaico a partir da cultura material das cerâmicas áticas, cujas imagens representavam coros musicais. Para maiores detalhes, consultar a dissertação: ARAÚJO, Felipe Nascimento de. Os coros musicais como lugar antropológico na comunidade política de Atenas no processo de instauração da isonomia em Clístenes no final do século VI a.C. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

<sup>13</sup> Metecos: estrangeiro residente na Atenas antiga, de significado análogo aos imigrantes modernos. Os metecos não possuíam o *status* de cidadania plena.



baixo nível que, no âmbito do indivíduo, constitui os saberes e as expectativas mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma coletividade. Em outros termos, poderíamos classificá-la como uma memória “mecânica” ou “gestual” que compreende aspectos como costumes injetados nas relações interpessoais (o aperto de mãos como cumprimento, por exemplo), cadeias operatórias inscritas na linguagem verbal e gestual, códigos sociais de comportamento, entre outros.

A segunda categoria de memória, a memória de alto nível<sup>14</sup>, representa essencialmente uma memória de recordação que exige um esforço do indivíduo para evocar ou invocar lembranças autobiográficas ou referentes à uma memória de saberes (crenças, sensações, conhecimentos, sentimentos etc). Por fim, a metamemória constitui a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, “o conhecimento que tem dela” e “a construção explícita da identidade”, sendo uma memória “reivindicada, ostensiva” (CANDAU, 2011, p. 23). Desse modo, observamos que a metamemória é autor referencial, pois sua natureza consiste no próprio reconhecimento que um indivíduo possui de uma determinada memória, no qual a reconhece e a evoca com algum objetivo relacionado à sua própria definição de identidade.

É importante citarmos que Candau considera que essas três tipologias são aplicáveis somente às memórias individuais, pois tais noções seriam adequadas para dar conta de certa realidade vivida por toda pessoa consciente. No que se refere às memórias coletivas, somente a metamemória é aplicável, pois constitui “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2011, p. 24). Segundo o autor, de fato a própria expressão “memória coletiva” seria uma forma de metamemória que não possui o mesmo estatuto que a metamemória aplicada à memória individual. No caso do coletivo, a metamemória compreende um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças situadas num conjunto de indivíduos, enquanto que no caso individual a metamemória refere-se a uma denominação que designa uma lembrança atestada dentro do âmbito individual, como por exemplo acontecimentos e eventos biográficos<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> É importante destacarmos que Joel Candau não se utiliza de um termo próprio para denominar a memória de alto nível assim como faz com a protomemória e a metamemória.

<sup>15</sup> Sobre os fatos e acontecimento situados na história de vida de um determinado indivíduo, é interessante citarmos o historiador da cultura Alain Croix (1998) que associa o ofício do historiador aos eventos ocorridos na sua vida e nos aspectos fundamentais de sua vivência, no qual a experiência de vida do historiador constituiria uma influência decisiva na escolha de seus futuros objetos e temáticas de pesquisa. O autor utiliza-se do termo *itinerário* para denominar este percurso da vida do historiador onde ocorrem a interação com diversas pessoas de diferentes culturas e contatos com variados espaços e localidades. Desse modo, as experiências referentes a diferentes





As memórias coletivas não seriam capazes de serem atestadas como as individuais, pois “um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada” da mesma forma que um indivíduo acessa suas lembranças pré-determinadas. A partir desses pressupostos, observamos que a ideia da construção de uma memória coletiva não constitui algo pré-determinado ou reduzido a um conjunto de memórias individuais que visam objetivos comuns, o que salienta a necessidade de não tratarmos o conceito da “memória coletiva” como um atributo absoluto e indivisível.

Desse modo, observamos que Candau questiona a realidade material de uma *memória coletiva*, no qual coloca que a existência material de “atos de memória” não é suficiente para atestar a existência de lembranças e conhecimentos compartilhados de uma memória coletiva total. Os atos de memória representam a materialização das lembranças e acontecimentos que são evocados por um determinado grupo com o objetivo de se perpetuar ou construir uma determinada memória coletiva.

Alguns exemplos da materialização desses atos de memória seriam: a construção de prédios públicos nomeados a partir de uma figura histórica; estátuas situadas em praças e locais públicos; pinturas e iconografias referenciando um passado considerado “glorioso”; museus; comemorações públicas e festividades; entre outros. Segundo o autor, mesmo considerando que esses atos de memória são corretamente comunicados e transmitidos a um grande número de pessoas, não existiria nenhum dado concreto que nos permite afirmar que eles sejam compartilhados em sua totalidade entre mais de um indivíduo (CANDAU, 2011, p. 36).

Tal argumento é construído a partir da ideia de que existiriam dois tipos de representação presente nas sociedades: as “representações mentais” baseadas em categorias abstratas como as crenças, as intenções, preferências e outros aspectos inerentes ao âmbito individual; e, as “representações públicas”, baseadas em categorias concretas como os enunciados, textos, imagens e outras manifestações presentes em nossa realidade material.

Desse modo, “quando uma representação mental é comunicada de um indivíduo a outro [...] ela se transforma em representação pública” (CANDAU, 2011, p. 36). Outra categorização dicotômica referente aos tipos de representação é a divisão entre “representações factuais” que são relativas diretamente à existência concreta e material de certos fatos; e as

---

costumes e práticas culturais influenciam na formação do historiador, expandindo assim seus conhecimentos e referenciais para além de sua sociedade



“representações semânticas” que são relativas ao sentido atribuído a esses mesmos fatos<sup>16</sup>. Dessa forma, um mesmo acontecimento pode ter diferentes manifestações ou significados, considerando que um enunciado concreto pode ser interpretado/apreendido de inúmeras formas por um indivíduo, iniciando um processo de transfiguração de uma determinada representação factual para uma representação semântica abstrata situada no campo das ideias.

Acessar as representações semânticas que estariam contidas em uma memória coletiva<sup>17</sup> constituiria uma tarefa irrealizável, pois segundo Joel Candau (2011, p. 42), essas representações estariam situadas estritamente no âmbito individual, não sendo possíveis acessá-las de modo absoluto. Tal fator indica a impossibilidade de se atingir qualquer tipo de comprovação empírica do compartilhamento dessas representações entre mais de um indivíduo. Ainda que haja uma série de simbolismos e representações factuais produzidos por uma coletividade que busca conservar uma memória, isso não nos permite realizar a comprovação de que todos os indivíduos possuem as exatas representações mentais de um determinado acontecimento<sup>18</sup>. Tais colocações nos apontam para um problema de método na utilização do

---

<sup>16</sup> Joel Candau (2011, p. 39) cita um exemplo prático da diferença entre as representações factuais e as representações semânticas ao se referir nas formas pelas quais os franceses concebem o presidente Charles de Gaulle. A partir da concepção de que “as representações factuais que são representações relativas à existência de certos fatos, e as representações semânticas, que são as representações relativas ao sentido atribuído a esses mesmos fatos. Quando uma representação holista remete a representações semânticas supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos (por exemplo, as representações relativas aos dados factuais), há uma forte probabilidade para que seu grau de pertinência seja fraco ou nulo [...]. De fato, levantar a hipótese de que todos os franceses compartilham a memória de fatos históricos, como, por exemplo, a Ocupação ou a morte de Charles de Gaulle, não é correr grandes riscos. Admitamos que todos os franceses (digamos “quase todos”) sabem que a França esteve ocupada durante a Segunda Guerra Mundial ou que De Gaulle morreu, mesmo que uma grande parte tenha provavelmente esquecido a data precisa de sua morte”. Nesse exemplo específico, a morte de Charles De Gaulle seria uma representação factual, pois trata-se de um fato consumado e concreto; enquanto que a representação semântica seria a concepção de que todos os franceses ficaram tristes ou felizes com a morte do ex-presidente.

<sup>17</sup> Um importante aspecto referente às memórias coletivas consiste no que Joel Candau (2011, p. 29) chama de “retóricas holistas” que representa o “emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. Designamos assim um reagrupamento de indivíduos (a comunidade, a sociedade, o povo), bem como representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, a religião popular, a consciência, ou a memória coletiva) ou ainda elementos reais ou imaginários (identidade étnica, identidade cultural). Essas retóricas holistas fazem parte da herança de nossas disciplinas (Sociologia, Antropologia Social e Cultural) que, no quadro de problemáticas integrativas e de esquemas de pertencimento, constituíram uma boa parte de seus vocabulários na era industrial, quer dizer, na era das massas representadas (pensadas) como entidades coletivas”.

<sup>18</sup> Complementando tal colocação, Joel Candau (2011, p. 36) expõe que “mesmo que exista em uma determinada sociedade um conjunto de lembranças compartilhadas pelos seus membros, as sequências individuais de evocação dessas lembranças serão possivelmente diferentes, levando em consideração as escolhas que cada cérebro pode fazer no grande número de combinações da totalidade de sequências”. Dessa forma, “Halbwachs se equivocou em não distinguir a ação inicial da lembrança [...] e o desenvolvimento da amnésia, sempre idiossincrática, tanto pelo conteúdo como pela maneira pela qual esse conteúdo é integrado no conjunto de outras representações do indivíduo”.



conceito de memória coletiva em uma análise de documento, no qual a cultura material dos vasos gregos serve como exemplo, pois suas iconografias (as pinturas expressas nas cerâmicas) podem ser consideradas uma manifestação de uma memória coletiva, ou seja, uma “memória de grupo”.

Para alcançarmos uma resolução acerca desse problema, primeiramente, iremos considerar que na Grécia Antiga, por exemplo, entre as diversas concepções de memória existentes, se constitui uma memória comum dos heróis mortos em batalhas que é mantida presente no interior do grupo por meio do canto, sendo expresso por meio da poesia épica, dos epinícios, dos ditirambos entoados pelos coros, entre outros. Sendo assim, o que seria a “memória do grupo” (uma noção aproximada da ideia de memória coletiva) situa-se na memória oral, considerando que a cultura helênica do período arcaico ainda se pautava na oralidade.

Dessa forma, conforme nos aponta Candau (2011, p. 46-48), “a memorização coletiva é possível, pois o conceito de uma memória forte enraizada em uma tradição cultural – a glorificação e elogio dos heróis” serve como uma noção de unidade à comunidade dos atenienses, em que eles se reconhecem a si mesmos por meio de um passado, seja mítico ou factual. Podemos considerar então, que os gregos antigos se reconhecem coletivamente a partir de referenciais situados no passado, os quais são muitas vezes reproduzidos e divulgados por meio da memória falada e representada nas imagens de vasos áticos.

Devido à problemática em se utilizar o conceito de memória coletiva em uma pesquisa por conta da sua difícil comprovação empírica, torna-se mais adequada a adoção da denominação “memória cultural” como alternativa para denominar uma “memória de grupo” de uma determinada sociedade, como a cultura material dos vasos áticos gregos, por exemplo. Aleida Assmann (2011, p. 17) define o conceito de “memória cultural” como sendo algo distinto de outros tipos de memória como, por exemplo, a mnemotécnica, a memória de aprendizagem (*Lerngedächtnis*) e a memória formativa (*Bildungsgedächtnis*), pois a memória cultural corresponde a uma categoria de memória que supera épocas, se encontrando preservada em textos normativos<sup>19</sup>.

É importante destacarmos que os “textos normativos” citados pela autora não representam o único meio pelo qual uma memória cultural pode ser preservada, uma vez que

---

<sup>19</sup> Segundo Assmann, Schöne diagnostica a diminuição da memória em dois níveis: a memória cultural e a comunicativa, que normalmente liga três gerações consecutivas se baseando nas lembranças legadas oralmente.



sua impossibilidade de se auto organizar demanda sua reprodução através de mídias e políticas direcionadas à sua conservação. Nesse contexto, a memória cultural pode se apresentar por meio de diversas manifestações físicas como: textos escritos em jornais, cartas, livros, revistas, epígrafias, iconografias presentes em propagandas, pinturas, fotografias, filmagens, o corpo físico de uma pessoa (que pode abrigar desde tatuagens até textos escritos), praças, monumentos públicos, cemitérios, estradas, entre outros<sup>20</sup>.

Ao abordar a relação da memória com a imagem como meio de reprodução, Assmann (2011, p. 245) coloca que as imagens possuem uma dinâmica de transmissão completamente diferente dos textos escritos. Tal fator ocorreria devido à condição das narrativas visuais estarem “mais próximas da força impregnante da memória e mais distantes da força interpretativa do entendimento”. Essa força da memória seria um elemento difícil de canalizar de forma efetiva e imediata, fazendo com que o poder das imagens procure seus próprios caminhos de mediação, o que a autora chama de “sobrepeso” criativo da imagem em relação ao texto.

Nesse caso, imagens e textos adaptam-se de formas diferentes no inconsciente, no qual Assmann (2011, p. 245) aponta a existência de “uma fronteira líquida entre imagem e sonho: a imagem é elevada a visão e provida de vida própria”. Com a passagem da representação mental para a representação pública, a partir do momento em que o artista produz uma iconografia no plano material, as imagens passam de objeto de observação para o sujeito da aparição. As imagens mentais de um indivíduo são parte de uma memória que se torna materializada ao ser transfigurada para a iconografia física. A partir dessa perspectiva, podemos considerar as pinturas de vasos áticos como manifestações das representações mentais dos artistas que as produzem, refletindo aspectos de uma memória cultural comum a todos os gregos inseridos na cultura helênica.

## Conclusão

Através do breve exemplo referente à documentação da cultura material dos vasos gregos, propomos neste artigo a utilização o conceito de memória cultural aplicado no lugar do conceito de memória coletiva em uma determinada pesquisa histórica. Devemos sublinhar que não objetivamos aqui a exclusão ou refutação do conceito de memória coletiva, mas, somente

---

<sup>20</sup> De fato, Aleida Assmann dedica toda a segunda parte do seu livro à abordagem dos diferentes meios pelo qual se expressa a memória cultural. Nesta segunda parte, cada capítulo é dedicado para um tipo de mídia, sendo divididos entre: metáforas de recordação (capítulo 1); escrita (capítulo 2); imagem (capítulo 3); Corpo (capítulo 4); e locais (capítulo 5).



sugerir uma reatualização (conforme define Márcia Pereira dos Santos) de seus pressupostos teóricos, bem como um debate conceitual acerca de suas possibilidades de abordagem para pesquisas futuras.

### Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2011.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 9-57.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

PANTEL, Pauline Schmitt. **Imagens e história grega**. In: LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. (Org.). **História e leitura**: múltiplas imagens. Niterói: Editora da UFF, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. **Revista de Estudos Históricos: Teoria e História**, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SANTOS, Márcia Pereira dos. **História e memória: desafios de uma relação teórica**. **OPSIS**, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007.

SMALL, Jocelyn P. **Attic Vases, Curves, and Figures**. **Eirene: Studia Greca et Latina**, n. XLVIII, 2012.

SMALL, Jocelyn. **Pictures of a tragedy?** In: GREGORY, Justina (ed.). **A companion to greek tragedy**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.